



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL

Reunião dos Grupos de Trabalho

Dia 12 de novembro de 2018.

- **10 às 12 h – Primeira Reunião do GT de Acompanhamento do CBH Parnaíba**
- **14 às 16h – Primeira Reunião do GT sobre a Composição do CNRH**
- **16 às 18h – Primeira Reunião do GT sobre Comitês de Bacias Hidrográficas**

Contextualização dos GTs

GT de Acompanhamento do CBH Parnaíba

O GT foi constituído em atendimento à Resolução nº 197, de 28 de junho de 2018, que “Institui Grupo de Trabalho de acompanhamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba”, com o objetivo de acompanhar as atividades de instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. O GT será composto por dois membros de cada segmento representado na CTIL. **Proposta de pauta:** definir a coordenação e a dinâmica de trabalho do GT.

Anexos:

- Resolução CNRH nº 194, de 03 de abril de 2018.
- Resolução nº 197, de 28 de junho de 2018.

GT sobre a Composição do CNRH

A CTIL decidiu sobre a instalação do GT em atendimento ao estabelecido pela Resolução nº 181/2016, que “Aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020”, mais especificamente, à *Prioridade 8 - Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas*, que prevê dentre suas metas, sob a responsabilidade da CTIL: “revisar o Decreto que estabelece a composição do CNRH”.

Além disso, o CNRH recebeu da ANA as propostas do Projeto Legado para “*Aperfeiçoamento dos Marcos Constitucional, Legal e Infralegal da Gestão das Águas no Brasil*”, dentre as quais consta, no Capítulo II - Modelo de Governança frente à GIRH, o Tema II.2 - Papel e funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. A proposta é acompanhada de minuta de Resolução com proposta de revisão da composição do CNRH para “ampliar a representação dos Estados, de usuários e de organizações civis, com revisão dos critérios de escolha dos representantes não governamentais”.

A representação das ONGs no CNRH (FONASC) também encaminhou tabela com proposta de composição para o CNRH. E nessa linha de proposições, cabe lembrar a Moção CNRH nº 36, de

3 de março 2006, que “solicita alteração do Decreto nº 4.613, de 2003, no que se refere à composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos”, que contém uma proposta alternativa à atual composição do CNRH, que embora tenha sido discutida e aprovada pelo Plenário à época, não chegou a repercutir na alteração do Decreto.

Outras Resoluções que podem afetar direta ou indiretamente a discussão sobre composição do CNRH são relacionadas a seguir:

- Resolução nº 106, de 23 de março de 2010, que “Institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos-COREH, com o objetivo de manter em banco de dados registro de organizações cíveis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências”.
- Resolução nº 159, de setembro de 2014, que “define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações cíveis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos”.

O GT está sob a coordenação da SRHQ/MMA, que propõe como **pauta para a primeira reunião** uma análise orientada das três propostas existentes e das Resoluções que repercutem na composição do CNRH, bem como a definição de uma agenda de trabalho para o GT.

Anexos:

- Decreto nº 4.613, de 2003
- Moção CNRH nº 36, de 3 de março 2006
- Proposta Projeto Legado Capítulo II, Tema II.2 - Papel e funcionamento do CNRH.
- Resolução nº 106, de 23 de março de 2010
- Resolução nº 159, de setembro de 2014

GT sobre Comitês de Bacias Hidrográficas

A CTIL decidiu sobre a instalação do GT com o objetivo de discutir a proposta oriunda do Projeto Legado para “*Aperfeiçoamento dos Marcos Constitucional, Legal e Infralegal da Gestão das Águas no Brasil*”, dentre as quais consta o Tema II.3. Comitês modulares incrementais. De acordo com a proposta, a implantação de comitês de bacia possa ser feita em recortes geográficos diferentes da totalidade da área de uma bacia hidrográfica, e de forma incremental, se necessário, contemplando-se, assim, as especificidades regionais, em especial as do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. A proposta é acompanhada de minuta de Resolução com proposta de revisão Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000, que estabelece as diretrizes para o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

O GT está sob a coordenação da SRHQ/MMA, que propõe como **pauta para a primeira reunião** uma análise inicial da proposta do Projeto Legado, bem como a definição de uma agenda de trabalho para o GT.

Anexos:

- Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000.
- Proposta Projeto Legado, Capítulo II, Tema II.3. Comitês modulares incrementais.